



ECAMBIENTE

Uma atitude é quanto basta para evidenciar a vontade de contribuir. É desta forma que se posiciona a iniciativa ecambiente.

A consciência generalizada de que qualquer um de nós deve contribuir no sentido de ajudar a preservar as condições ambientais pode ser materializada através de um conjunto de pequenos gestos, práticas e cuidados, que, sem alterar a qualidade de vida de cada um, potenciam a sua melhoria e engrandecem a razão da nossa existência.

Esta lógica de actuação decorre da exigência do envolvimento no processo do desenvolvimento sustentável, cuja preocupação reside no equilíbrio da evolução da humanidade.

Grandes movimentações mundiais têm alertado para esta necessidade. Assistimos a várias e importantes iniciativas das quais se destacam as cimeiras da Terra (Conferência do Rio – 1992) e da Acção (Conferência de Joanesburgo - 2002). Em complemento a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) tem dedicado particular atenção ao domínio do desenvolvimento sustentável. A União Europeia definiu a sua estratégia de desenvolvimento elegendo três pilares a vertente económica, a social e a ambiental. Portugal, por sua vez, assumiu posição de correspondência ao definir as suas leis: de Bases do Ambiente e da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, e os Planos de Génese Sectorial. A nível regional



registam-se outras acções concretas e enquadradas neste domínio.

Inserida nesta determinação de contribuição a ECAM entendeu definir e assumir um conjunto de “Boas práticas ambientais”, cujo cumprimento resulta da aplicação de requisitos que visam dar cumprimento à quota de responsabilidade que esta organização, como qualquer outra, em consciência, deverá satisfazer.

Do somatório de pequenos contributos, colocados a vários níveis, procura-se que resulte a diferença. Elegeu-se como alvo: a natureza dos consumos, a frequência do consumo, a maximização da utilização dos consumíveis, o tratamento dos resíduos, a gestão do lixo produzido, a primazia pela reciclagem, a reutilização de materiais e o controlo das condições de climatização e utilização das instalações.

Com estes gestos e atenções esperamos atingir o envolvimento e materializar a contribuição ambiental que julgamos possível, fazendo desta iniciativa, uma expressão particular de compromisso de toda uma equipa de trabalho que fora dela manterá e promoverá a consciência que o Mundo tanto reclama.

Do efeito final não se exclui a combinação com a política de Qualidade, há muito implementada na empresa, visando o reforço dos factores de inovação, enquanto premissa de produtividade, na afirmação da nossa capacidade competitiva.

editorial

Completou-se mais um ano de cumprimento de obrigações fiscais. O dia 31 de Maio representou, para a actividade da contabilidade e para a fiscalidade, o encerrar de um ciclo de compromisso e declaração do desempenho das empresas junto da Administração Fiscal.

A evolução do recurso às novas tecnologias, nomeadamente à Internet, veio permitir minimizar as dificuldades de entrega e de suporte da informação a remeter. Os contribuintes e as empresas de contabilidade podem usufruir de outra comodidade

nesse relacionamento, assim como para proceder ao pagamento das contribuições, cujo volume resultou, inevitavelmente, condicionado pela performance económica do país em geral.

Maior exigência, mais encargos, resultante do agravamento da tributação e maior controlo fiscal constituem as promessas para os próximos tempos. Resta-nos tomar fôlego e continuar, uma vez que o ano já vai a meio e o processo de entrega das declarações não deu tréguas aos meses que foram passando.

Eduardo Jesus

edição

- **ECAMBIENTE**
- **Entrevista Isabel Rodrigues**
- **Formação Profissional na ECAM**
- **Perspectiva Económica**
- **Opinião do Cliente Concreto Plano**

entrevista

No contexto actual económico, o tecido empresarial da RAM está a ser sujeito a pressões concorrenciais nos vários sectores de referência, obrigando as empresas a elevarem a sua produtividade e a desenvolverem sistemas de controlo de gestão mais eficientes de forma a singrar num mercado cada vez mais competitivo.

De forma a melhor compreender o que tem sido feito neste contexto, a nível institucional, conversámos com Isabel Rodrigues, Directora Regional de Comércio, Indústria e Energia, que nos apresentou um enquadramento das acções presentes e a empreender futuramente pelo Governo Regional, nesta matéria de interesse prioritário para a nossa economia regional.



Isabel Rodrigues

Directora Regional de Comércio, Indústria e Energia

1. Em que medida o comércio e a indústria estão a lidar com o efeito da globalização?

É um facto que a globalização afecta todas as empresas independentemente da sua dimensão e quer sejam ou não viradas ao exterior.

A incerteza e a imprevisibilidade são ingredientes dos dias que correm e aumentam de tal forma que poderão tornar inviáveis os processos de planeamento normais; por outro lado, a necessidade de reagir rapidamente aos clientes implica sistemas de produção rápidos e flexíveis. Aquilo que se constata é que com a globalização da economia, a competitividade e a agressividade concorrencial são cada vez maiores, o que implica que para que as empresas possam sobreviver, tenham que diferenciar-se nos produtos e serviços que prestam; antecipar-se relativamente à concorrência e ainda auscultar aquilo que são as necessidades e expectativas dos clientes.

É um facto, que as exigências são cada vez maiores. Aquilo que se denota é que as empresas madeirenses, tanto ao nível do comércio e da indústria, têm ao longo dos anos feito um esforço enorme, no sentido de se modernizarem, por forma a se tornarem competitivas neste mercado global. Os sistemas de incentivos existentes, têm contribuído e possibilitado que os empresários se adaptem, alterem procedimentos por forma a tornarem-se mais competitivos. Neste contexto, as empresas têm sido obrigadas a assumir uma postura pró-activa, no sentido de criarem melhores condições de competitividade face a este novo enquadramento económico.

Desta forma o fenómeno da globalização implica, que estejamos permanentemente atentos à mudança. As palavras chave passam pela diversificação de mercados; por se fazer uma leitura inovadora das preferências e gostos dos consumidores e de se possuir uma capacidade para se posicionarem estrategicamente, visando responder com qualidade aos mercados.

2. Que factores críticos de sucesso elegeram como básicos para as empresas da RAM?

Na questão anterior já realcei o enfoque no cliente como algo de premente que temos que ter em consideração para o sucesso das nossas empresas.

Um outro factor passa pela aposta inequívoca na Qualidade, pois neste mundo global em que nos encontramos a qualidade mais do que um processo de diferenciação é um processo irreversível que contribui directamente para a sobrevivência das próprias empresas. Por exemplo ao nível do comércio, há que apostar cada vez mais na qualidade em termos globais, não só ao nível dos produtos que se apresentam, no cuidado a ter com a imagem/apresentação da própria loja e no atendimento que é efectuado ao cliente, ou seja apostar no atendimento personalizado.

Aliás considero, que para além do Cliente e da forte aposta na Qualidade, um outro factor crítico de sucesso é precisamente dispormos de colaboradores com maior qualificação, em que tem de haver uma aposta permanente na formação. Na medida em que o sucesso de uma organização passa pelas pessoas, há que envolvê-las em todo o processo de trabalho, de modo a criar um verdadeiro espírito de equipa e qualificá-las cada vez mais.

E por último a aposta numa boa gestão empresarial, a qual passa; pelo planeamento, a execução e o controlo, devidamente apoiados por um sistema de informação, que permita a monitorização das opções e objectivos estratégicos previamente identificados e que decorrem da visão inicial do empresário.

3. Quais as prioridades assumidas pela Direcção Regional, no âmbito do comércio e da indústria?

No que respeita ao comércio, encontram-se a ser desenvolvidos uma série de projectos tendo em vista a modernização e revitalização do comércio, nomeadamente a elaboração de manuais de boas práticas. Estes manuais serão desenvolvidos para o sector alimentar; vestuário e calçado e electro-bazar, os quais integrarão as melhores práticas de gestão aplicadas a pequenas e micro empresas, bem como kits de gestão e tableau de bord, pretendendo-se deste modo criar um conjunto de indicadores padrão, por sub-sector, que permita avaliar a performance do negócio, com o intuito de incutir nos comerciantes, uma ideia de monitorização do negócio.

Estes manuais integrarão ainda, formação específica para este sector, nomeadamente sobre liderança, organização e gestão de loja, negociação, técnicas de atendimento, entre outras.

Para além dos manuais levaremos a efeito em conjunto com a ADERAM o projecto "Educar para o comércio", tendo em vista sensibilizar os jovens do 9º ano de escolaridade para o exercício de actividades relacionadas com o comércio. Foram ainda, efectuados contactos com as escolas profissionais, no sentido de se criarem cursos específicos para a área do comércio.

Prevê-se ainda a criação de um sistema de certificação de loja, por parte da ACIF no âmbito do projecto Pró-Q Madeira – Atitude de Qualidade II, que implica a implementação dessas normas, a certificação das lojas e posterior controlo periódico.

Um outro projecto a desenvolver, passa pela criação da Marca Madeira, tendo em vista valorizar os produtos regionais da RAM, encontrando-se este projecto a ser desenvolvido pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

Tem-se desenvolvido acções de formação para a área do comércio, por parte das associações empresariais com o apoio do Fundo Social Europeu, que vão de encontro às recomendações efectuadas no Estudo do Comércio.

No decurso dos últimos anos tem-se desenvolvido uma diversidade de apoios tendo em vista a modernização do comércio, nomeadamente os projectos de urbanismo comercial.

Para além dos aspectos referidos anteriormente, esta Direcção Regional tem apoiado o desenvolvimento de acções tendo em vista a revitalização do comércio, como seja o caso da Expo Natal e da Campanha da Páscoa.

Ao nível da Indústria, temos vindo a dinamizar e sensibilizar as empresas da Região para a implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade, sendo esta uma importante ferramenta de gestão.

Por outro lado, a Direcção Regional tem feito um esforço e continuará a fazê-lo no sentido de agilizar e simplificar o processo de licenciamento da actividade industrial. Neste sentido, iremos implementar e disponibilizar via "on-line" o acesso dos empresários aos seus processos de licenciamento, bem como ao registo no cadastro industrial. Temos ainda, desenvolvido acções de sensibilização junto das autarquias para os requisitos exigidos no âmbito do processo de licenciamento da actividade industrial. Pretendemos também desenvolvê-las junto das Ordens dos Engenheiros e Arquitectos.

Com a criação do Laboratório de Metrologia da Madeira, a Direcção Regional tem prestado serviços ao nível do controlo metroológico de balanças, básculas, manómetros industriais, taxímetros, analisadores de gases de escape, entre outros. As solicitações têm vindo a aumentar, perspectivando-se a intervenção em novas áreas, nomeadamente verificação de parâmetros e o controlo de pré-embalados.

Iremos ainda elaborar um roteiro geo turístico, com o intuito de dar a conhecer locais com potencialidades do ponto de vista geológico que merecem ser visitados quer por turistas, bem como por madeirenses, nomeadamente por escolas da Região.

Em suma, a política desta Direcção Regional vai precisamente no sentido de “Servir o cliente da melhor forma possível”, daí que considerámos pertinente implementar um Sistema de Gestão da Qualidade com base na ISO 9001:2000, encontrando-nos certificados desde Outubro de 2004. Obtivemos ainda, o reconhecimento para o 1º nível de excelência do modelo da EFQM. Deste modo, a postura da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia vai no sentido de servir o cliente e fazer mais e melhor tudo aquilo que desenvolve no seu dia a dia, envolvendo os colaboradores em todo este processo, pois só desta forma este projecto torna-se eficaz.

4. Ao nível da Qualidade, o que tem sido desenvolvido?

A Vice-presidência do Governo Regional tem competências como entidade dinamizadora do desenvolvimento da Qualidade, através da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia (DRCIE), pelo que foi considerado útil que a estratégia de desenvolvimento da Direcção Regional fosse baseada numa sólida estratégia de desenvolvimento da Qualidade na própria Região. Era essencial que a DRCIE fosse um exemplo e servisse de estímulo para que outras entidades viessem a implementar Sistemas de Gestão da Qualidade.

Foi então planeada a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, segundo os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2000 no serviço de indústria da DRCIE, no que diz respeito aos seus processos de prestação de serviços e a toda a Direcção Regional no que concerne aos processos de suporte à actividade.

Para além do objectivo de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, foi efectuada a auto-avaliação com base na CAF (Common Assessment Framework), bem como obteve-se o reconhecimento para o primeiro nível de Excelência “Committed to Excellence” do Esquema de Reconhecimento Europeu da EFQM.

Para além destes aspectos, temos vindo desde 2001 a desenvolver uma diversidade de acções de sensibilização para a Qualidade, bem como foi criado o Conselho Regional da Qualidade, sendo este um órgão de consulta e informação do Governo Regional. Foi precisamente no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Conselho Regional, que foi elaborada uma Estratégia Regional para a Qualidade. Pretende-se, deste modo, dispor de um documento que defina opções estratégicas orientadoras e a implementar na Região nos próximos anos, no âmbito da Qualidade.

De referir, que esta Estratégia tem por Missão/Visão: “Desenvolver um Plano Estratégico que visa colocar a Região Autónoma da Madeira na liderança da Qualidade em Portugal num horizonte temporal de cinco anos.” Houve quem considerasse esta visão ambiciosa, de qualquer forma considero que está na altura de sermos ambiciosos, e de acreditar que é possível fazer mais e melhor. Pois este é um desafio que temos que colocar a nós próprios.

Considero que a parte mais difícil está feita, ou seja, é um facto que a Região Autónoma da Madeira é um destino de Qualidade, possuímos esta marca, mas é necessário sustentá-la, e isso só é possível com a aposta na implementação de Sistemas de Qualidade.

Em suma, há que apostar fortemente na Qualidade, esta Estratégia é um bom exemplo disso. E em conjunto com outras acções que se pretendem desenvolver nos próximos tempos, estaremos a caminhar para que a Região Autónoma da Madeira seja uma Região de Excelência e um referencial a nível nacional e internacional.

5. E ao nível da Energia, que novidades existem?

O sector energético desempenha um papel vital como suporte a toda a actividade económica. A RAM possui um enorme potencial, no que respeita às energias renováveis, nomeadamente a eólica, a solar e a mini hídrica. Deste modo, tem-se vindo a apostar cada vez mais neste tipo de energias.

Ao nível da energia solar, a própria Região foi inovadora, tendo criado em 2002 um Sistema de Incentivos à Energia Solar Térmica para o Sector Residencial (SIEST), uma vez que a nível nacional e comunitário não existem sistemas de incentivos para o sector residencial. O Governo Regional criou este Sistema, cuja receptividade tem sido enorme, o feed-back tem sido muito positivo, daí que pretendemos dar continuidade a este sistema.

Encontra-se em fase de implementação a introdução do gás natural na Madeira, após os estudos desenvolvidos demonstrarem a viabilidade técnica e económica da sua introdução.

Aguardamos pela entrada em vigor do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, o qual irá melhorar a qualidade dos materiais de construção, bem como tornar as habitações mais agradáveis, do ponto de vista térmico.

As empresas, essencialmente as unidades hoteleiras começam a demonstrar maior preocupação com as questões energéticas, tendo sido desenvolvidas auditorias energéticas por parte da AREAM, a alguns hotéis. Os quais após a implementação de diversas medidas evidenciaram reduções no consumo energético na ordem dos 30%. A este nível, pretendemos desenvolver um projecto piloto num edifício público.

Outro aspecto fundamental passa pela racionalização energética, considero que a este nível há um longo caminho a percorrer, o qual passa pela sensibilização da generalidade dos cidadãos para esta temática, ou seja, há que informar e educar os consumidores/utilizadores.

Em suma, a dinamização e modernização do sector energético, através do fomento das energias endógenas e da eficiência energética, terá um efeito relevante na dinamização do tecido empresarial, criando novas oportunidades de investimento, suscitando o aparecimento de empresas vocacionadas para actuar em áreas emergentes, aumentando a competitividade por via da redução dos custos das empresas utilizadoras da energia, incentivando a investigação e desenvolvimento de novos produtos.

formação profissional

A ECAM esteve presente no seminário internacional EXPOMANAGEMENT realizado a 11 e 12 de Maio em Madrid, tendo assistido a intervenções dos mais brilhantes oradores da actualidade, donde se destacam Michael Porter, Robert Kaplan, Deepak Chopra e Wim Duisenberg.

EXPO MANAGEMENT

No segundo trimestre de 2005, a ECAM prosseguiu o seu programa de formação profissional, tendo a sua equipa participado em acções de formação internas.



No âmbito do programa de formação externa, a equipa da ECAM frequentou a acção de formação organizada pela APOTEC-MADEIRA, orientada pelo Dr. José Araújo, onde o destaque foi para a Modelo 22 e o Dossier Fiscal, e o anexo ao Balanço e Demonstração.



VISITA DE ESTUDO À ECAM



No passado mês de Abril, realizou-se uma visita de estudo às instalações da ECAM, promovida pelos alunos do curso técnico de contabilidade da Escola Secundária Francisco Franco, tendo os alunos sido guiados nas instalações e esclarecidos sobre as actividades e competências das diferentes áreas de trabalho da empresa.

China, a Locomotiva da Economia Global

Nos últimos tempos, as revistas de referência do mundo económico e financeiro, têm vindo a dedicar-se cada vez mais em desmistificar o (des)equilíbrio de forças entre EUA-EU-Japão e a República Popular da China (doravante designada por China), o novo peso pesado da economia mundial. Mais do que criar subterfúgios nas explicações óbvias do ponto de vista macroeconómico, como a existência ainda de práticas laborais condenáveis à luz do mais antigo tratado Ocidental, fomentando assim as suas margens e inundando o mercado global com produtos de boa qualidade a preços de saldo, interessa nesta fase, compreender a dimensão do gigante chinês no panorama mundial, e perceber o peso deste nas decisões de magnitude global, até agora tomadas em exclusivo pelos G's do Mundo Velho.

O melhor ponto de partida para melhor compreender a amplitude das ondas de choque provocadas pelo dragão chinês no panorama mundial, são os últimas decisões em matéria cambial de desligar a paridade yuan/dólar, por forma a impedir que a economia chinesa continuasse a ser catalogada de "economia dos saldos" competindo com o resto do Mundo, apenas e só porque o preço dos seus produtos era mais baixo e não porque os seus produtos eram fiáveis e duradouros. Assim, Pequim lança um claro aviso a Washington: de que daqui para a frente não será mais uma vagão do comboio que trilha o desenvolvimento da economia global, mas que passará a ser a locomotiva, marcando o ritmo de crescimento da procura e oferta globais, assumindo políticas próprias com evidentes e desconcertantes consequências nos 4 cantos do Mundo industrializado.

Desenganem-se no entanto, os defensores de que esta medida cambial pretende apenas influenciar a balança comercial chinesa. O seu efeito vai muito mais além disto, pois dificilmente encontrar-se-á actualmente, um país cujas taxas de inflação, de juros, de crescimento de emprego, de preços de combustíveis e até dos preços dos activos imobiliários não se encontrem influenciadas pelo que se passa a Oriente, apenas e só porque aos chineses não bastará no futuro, dominar a oferta mas também condicionar a procura no Resto do Mundo.

No capítulo do emprego, a entrada de países como a China, Índia e Rússia no comboio da economia global, fez com que se duplicasse a força global laboral, com a China a ser responsável por metade deste aumento, o que aumentou consideravelmente a taxa de crescimento potencial da economia mundial, ajudou a manter baixas as pressões inflacionistas (efeito Curva de Phillips) e deu azo a mudanças significativas nos preços relativos da mão de obra, capital, bens e activos.

Com efeito, a entrada destes novos "sócios" da Economia Global, trouxe pouco capital para o seu valor de mercado. Assim, com o dobro dos trabalhadores disponíveis e quase nenhuma alteração do stock de capital mundial, a relação entre capital e mão de obra caiu para quase valores a metade face a anos anteriores, provavelmente a maior alteração de que há registo desde que se consegue apurar esses indicadores. Explica-se assim, a débil evolução recente no crescimento dos salários reais nos países ocidentais, fruto da entrada de um exército chinês de mão-de-obra barata e especializada que encurtou a margem de negociação dos trabalhadores nas economias desenvolvidas.

Efeito contrário, tiveram os detentores do factor capital, nomeadamente os países ocidentais industrializados, que neste quadro de desequilíbrio face ao aumento notório da mão-de-obra disponível, assistiram ao aumento do retorno desse factor de produção, o que não deixa de ser irónico, ter sido a China, o maior país comunista do Mundo, o responsável por esta sorte grande.

No fim, apura-se que o impacto de maior magnitude na economia global da "locomotiva Chinesa" é na alteração que produz nos preços relativos dos factores de produção e nos bens e serviços disponíveis. Não só estão, os bens exportados pela China a ficar mais baratos como, os bens que importa, a aumentar de valor, saldando-se o efeito especulativo dos chamados "bens de comodidade", como o petróleo e aço, com o efeito depreciador dos preços dos bens acabados e do mercado de trabalho, anulando qualquer pressão inflacionista.

Sérgio Jesus

Concreto Plano

Sociedade de Construções, Lda.

A CONCRETO PLANO – Sociedade de Construções, Lda, facturou na ordem dos 35 milhões de Euros no exercício económico de 2004, tendo traçado como objectivo para o exercício em curso, o montante de 40 milhões de Euros, grandezas que permitem avaliar o cuidado que a ECAM tem de dedicar e imprimir no tratamento de toda a documentação que tais volumes exigem.

O início de relações entre a ECAM e a Concreto Plano – Sociedade de Construções, Lda insere-se na postura desta empresa, onde a procura da excelência, nomeadamente na fiabilidade dos seus elementos económico-financeiros, é a orientação.

Na verdade, as informações que nos foram vinculadas pelo mercado, à época, garantiam-nos que a ECAM seria um parceiro à altura do nosso propósito, o que viemos a confirmar nos serviços que nos presta, e por essa razão mantemos total e reconhecida confiança no trabalho apresentado.

Fernando Rodrigues

Concreto Plano

Sociedade de Construções, Lda



fichatécnica

Propriedade: ECAM – Empresa de Consultoria e Assessoria Empresarial da Madeira, SA

Avenida Arriaga, 42-B 2.º andar, n.º 5
9000-064 Funchal - Madeira - Portugal

Tel: +351 291 204 660

Fax: +351 291 204 677

E-mail: geral@ecam.pt

www.ecam.pt

Editor: Eduardo Jesus

Projecto Gráfico: ALS Design

Impressão: Funxo

Tiragem: 1300 exemplares

Periodicidade: Trimestral